

HABEAS CORPUS Nº 570.145 - MT (2020/0078335-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **ROBSON DOS REIS SILVA**
ADVOGADO : **ROBSON DOS REIS SILVA - MT0199910**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**
PACIENTE : **JOEL DOMINGOS DE SOUZA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOEL DOMINGOS DE SOUZA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (Apelação n. 0001239-29.2018.8.11.0098).

De acordo com a impetração, o paciente foi preso preventivamente e condenado, com outros réus, às penas de 9 anos de reclusão, em regime fechado, e 1.350 dias-multa, por infração aos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o mesmo fim), tendo em vista que **o agente teria, em tese, transportado 8,440kg (oito quilogramas e quatrocentos e quarenta gramas) de pasta base de cocaína** (e-STJ fl. 26). Nessa oportunidade, foi negado ao acusado o direito de recorrer em liberdade.

Interposta apelação defensiva, o Tribunal de origem deu-lhe parcial provimento para absolver o paciente da imputação pela prática do delito de associação para o tráfico de drogas, mantendo os demais termos da sentença condenatória, inclusive quanto à condenação a 6 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 23/43).

Posteriormente, a defesa alega ter impetrado *habeas corpus* na Corte estadual buscando a concessão da liberdade ao paciente; do *writ* não se conheceu (e-STJ fl. 6).

Nesta instância, o impetrante alega carência de fundamentação idônea a amparar a manutenção da prisão preventiva imposta a JOEL, pois "*somente a quantidade de substâncias não é fundamento para continuar mantendo o réu segregado, pois, as*

demais circunstâncias lhe são favoráveis, quais sejam, réu primário, colaboração na persecução criminal, residência fixa, esposa servidora pública que será capaz de manter a renda até o paciente se enquadrar novamente no mercado de trabalho e filhos" (e-STJ fl. 9).

Posto isso, requer, liminarmente, a revogação da segregação provisória objurgada e a consequente concessão de alvará de soltura em favor do agente, ainda que mediante a aplicação de algumas das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

O impetrante busca o reconhecimento de ilegalidade na manutenção da prisão preventiva do paciente. Todavia, não há viabilidade para uma análise completa do pleito. Explico.

Não obstante as razões constantes da petição inicial, a defesa não juntou aos autos cópia do decreto prisional originário e da sentença penal condenatória que manteve a prisão preventiva do paciente, peças essenciais à exata compreensão da controvérsia aqui suscitada.

Ora, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

[...] 1. Hipótese em que a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois os autos não foram instruídos com o decreto de prisão preventiva, a sentença condenatória em que se negou o direito ao Paciente de recorrer em liberdade, bem como a sucessão completa de andamentos processuais para averiguação do alegado excesso de prazo, sendo os referidos documentos imprescindíveis para a plena compreensão dos fatos e pedidos aduzidos.

2. Cabe apenas ao Julgador, verdadeiro destinatário das provas, a verificação de quais documentos entende como imprescindíveis para a análise das controvérsias suscitadas. Sendo, no caso, constatada a ausência de peças necessárias para a verificação do constrangimento alegado, correta a decisão que entendeu pela instrução deficitária do recurso ordinário em habeas corpus.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC n. 100.336/RS,

Superior Tribunal de Justiça

relatora Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 3/9/2019, DJe 16/9/2019.)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma (Súmula n.º 182 desta Corte).

2. Cabe ao impetrante o esmero no aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado.

3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC n. 48.939/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2015, grifei.)

Assim, ante a instrução deficiente da presente impetração e com fulcro no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o writ.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator